

Enem: avaliação inovadora

Maria Helena Guimarães de Castro

Simabau

O perfil do ensino médio brasileiro está mudando com rapidez nos últimos anos. Como resultado das políticas do Ministério da Educação em conjunto com estados e municípios, o número de alunos que concluem o ensino fundamental vem crescendo 11,8% ao ano, aumentando a demanda por vagas no ensino médio, sobretudo na rede pública, que se expande anualmente cerca de 12%. De 5 milhões de alunos em 1994, o ensino médio passou a ter 7 milhões em 1998. Progride mais celeremente o número de alunos que terminam esse nível de ensino: 15% ao ano, gerando procura maior por vagas no ensino superior, que cresce, em média, 8%.

Esse quadro confirma que a educação está na agenda prioritária não só do governo, mas da sociedade. Mostra também o acerto da estratégia de dar prioridade a educação fundamental, alavancando o desenvolvimento de todos os níveis de ensino. O Brasil repete assim experiências bem-sucedidas em outros países,

onde a mudança do perfil educacional da população teve como impulso inicial a rápida universalização do ensino fundamental, seguindo-se o esforço para expandir os demais níveis de ensino.

Nesse sentido, surge, com vantagens para alunos, sistemas de ensino e o mercado de trabalho, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em sua segunda edição neste ano. O Enem é proposta inovadora, afinada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incentiva avaliações educacionais, acaba com a obrigatoriedade do vestibular e propõe a articulação estreita entre o ensino médio e as universidades.

Ao contrário das avaliações tradicionais, que exigem memorização de conteúdos, o Enem estimula a escola a desenvolver habilidades e competências pelas quais os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados para tomar decisões autônomas e socialmente relevantes. O Enem avalia se o jovem é capaz de

compreender fenômenos naturais e sociais; solucionar problemas; organizar informações e conhecimentos em situações concretas para argumentações consistentes e intervenções. Sua concepção está próxima da reforma do ensino médio e das tendências internacionais, que destacam a importância da formação geral na educação básica.

O Enem mostra o perfil de saída ao final do ensino médio e oferece ao participante a possibilidade de obter referência do seu desempenho em relação às competências adquiridas durante os estudos. O resultado do exame está sendo utilizado hoje por 25 instituições (18 delas particulares) como critério de acesso à universidade, em complementação ou substituição ao vestibular. O número de instituições que estão aderindo a essa alternativa cresce a cada dia. Uma instituição, por enquanto, a Universidade do Grande ABC, decidiu aceitar o Enem como único critério de seleção de candidatos. A adoção do exame como critério de

acesso complementar ao vestibular foi decidida por instituições como a USP, a Unesp e a Unicamp, a PUC-Rio, a Universidade Federal do Paraná (PR).

Ao mesmo tempo, o Enem pode ser credencial para o mercado de trabalho. Debateremos logo com entidades empresariais e de trabalhadores a sugestão de que os resultados do exame passem a servir de referência para seleção de pessoal. A existência do Enem é ainda positiva porque sinaliza, para as escolas e os sistemas educacionais, que tipo de formação se espera hoje do ensino médio. Por seus ganhos, o Enem deve ajudar a consolidar não só os mecanismos de avaliação, mas a cultura da avaliação. É por meio dela que as escolas ganharão qualidade e oferecerão formação melhor aos alunos.

■ Maria Helena Guimarães de Castro, mestre em Ciência Política, é presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e professora licenciada do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)